



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDEAL
SISTEMA ELETRÔNICO JUDICIAL NA JUSTIÇA FEDERAL

Memória de Reunião		
Data	Horário	Local
04 de julho de 2012	14:30h	CSJT - SG
Participantes		
Nome		Órgão
Eva Maria Ferreira Barros		SG-CJF
Misael Guerra Pessoa de Andrade		AESP-CJF
Wilson Nogueira de Aquino Junior Jones Cardoso de Melos Filho Marcelo Barreto Arruda		STI-CJF
Ricardo Werbster Pereira de Lucena		Secretário-Geral do CSJT
Paulo César Bhering Camarão		Coordenador Executivo do Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT
Marcos Xavier de Almeida Barretto		Gerente de Projeto do Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT
		Secretário-Geral do SCJT
Assuntos Tratados / Deliberações		
<p>O Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho fez um esclarecimento geral sobre o histórico do projeto PJe/JT. Informou sobre os instrumentos normativos adotados pelo CSJT, a estrutura funcional montada para a implantação do sistema no âmbito da Justiça do Trabalho e sobre as metas previstas de implantação.</p> <p>Em seguida, o Dr. Paulo Camarão, como Coordenador Executivo do projeto, discorreu sobre o funcionamento do Comitê Gestor do PJe/JT e sobre o seu trabalho como coordenador, com os seguintes esclarecimentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) A velocidade de implantação está diretamente condicionada à existência de pessoal para realizar a parametrização e o treinamento dos usuários;2) O trabalho é feito em parceria com o CNJ com uma integração constante;3) Nos códigos fontes do sistema utilizados pelo CSJT estão sendo realizadas constantes correções com a produção de uma versão de correção do sistema, em média, uma por semana;4) A versão do sistema é a mesma homologada pelo CNJ, versão 1.4, implantada gradativamente nos órgãos da Justiça do Trabalho e passando diariamente pelas		

- correções necessárias;
- 5) São necessárias correções constantes de erros encontrados no sistema pela equipe do CSJT;
 - 6) A expectativa é evoluir o sistema em uma velocidade muito rápida, na medida em que vários órgãos somam esforços. Espera-se contar com a participação da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral;
 - 7) Foi criada uma estrutura específica para o desenvolvimento e implantação do PJe, além de outras medidas, tais como:
 - a. Constituição de uma equipe permanente de servidores das áreas de TI e de negócio do TST, CSJT e dos TRTs, com dedicação exclusiva ao PJe, trabalhando na sede do CSJT em Brasília;
 - b. Criação de ambientes novos e exclusivos para instalação do PJe;
 - c. Criação de um Comitê Gestor com representantes dos tribunais do trabalho, OAB e MPT;
 - d. Criação de um Grupo de Trabalho com um Coordenador Executivo para coordenar a implantação do PJe/JT;
 - e. Criação de bases do sistema centralizadas nos TRTs;
 - f. Criação de grupos de trabalho para levantamento de necessidades para os magistrados, servidores e pessoas com necessidades especiais;
 - g. Criação de equipes multidisciplinares fazendo palestras nos diversos órgãos;
 - h. Desenvolvimento de novas funcionalidades para atender a Justiça do Trabalho no TRT de Sergipe.
 - i. Criação de diversas equipes de trabalho, como: equipes de coordenação, validação e correção;
 - j. Criação de uma equipe para melhorar a documentação do sistema.

Autenticação

Responsável

Data

Assinatura

Misael Guerra Pessoa de Andrade

04/07/2012